

Unidade apesar da diversidade. Expansão europeia e consciência cultural europeia*

Hugo Dyserinck

Jean Monnet teria dito certa vez que – se tivesse de recomeçar seu trabalho sobre a união europeia – começaria com a cultura e não com a economia e indústria. Uma bela idéia que em determinadas circunstâncias pode apontar para verdades mais profundas. Seria isso também uma dica para um caminho mais simples do que o trilhado até agora?

Podemos falar de fato de uma unidade cultural europeia. Destacá-la com louvor e recomendá-la; desfraldar a herança filosófica da Grécia Antiga, os fundamentos judaico-cristãos do Ocidente, o humanismo da Renascença e o espírito do Iluminismo com sua libertação do homem, em última instância agrilhado à sua própria incapacidade de expressar-se. Tudo isto num espaço que se expande em direção ao Oriente – para a concretização de uma “união”, que se estende de Atenas até a Irlanda do Norte e de Toledo até Cracau – sem falar de uma Polônia ocidentalizada e muito menos dos países que cercam a Rússia.

No entanto, quando se trata de transformar essa estrutura ideal em realidade política ficamos diante de problemas. E a construção da União Europeia, com a qual todos nós sonhamos depois da Segunda Guerra Mundial, para recordar um pronunciamento de Winston Churchill¹, lembra na melhor das hipóteses a Procissão Echternacher², ou nem isso.

A tese que defendo – como resultado de longos anos de pesquisa na área de literatura comparada e história da cultura – diz o seguinte: O verdadeiro entrave, que tem sido subestimado até o momento e, diferentemente do que aconteceu com os problemas econômicos, até mesmo ignorado, é o pensar em “categorias nacionais”.

Quando, depois das guerras napoleônicas – na verdade em contrapartida ao desenvolvimento de uma Prússia nacionalista –, o mundo intelectual francês – apesar do passado ou talvez justamente tendo por base as suas repercussões - revelou o desejo de promover uma união, ou melhor, uma reconciliação entre os “povos” europeus - o grande Victor Hugo cunhou o conceito dos Estados Unidos da Europa. Entretanto, tudo não passou de acabadas formulações literárias, embora um outro francês – também ele um dos escritores mais significativos do seu tempo – houvesse apontado com um pouco mais de profundidade para as reais dificuldades que se vislumbravam.

Depois que o escritor Niclas Becker, de nacionalidade alemã, escritor de segunda linha, publicou sua célebre e depois mal-afamada “Rheinlied” (Canção do Reno), a serviço do Estado, tendo na introdução palavras marcantes contra “os”

* Dyserinck, Hugo - Einheit trotz Verschiedenheit: EU-Erweiterung und Gesamteuropäisches Kulturbewusstsein. In: Peeters, Roger (Ed.) - Europe's identity, culture and values. Amsterdam. Bruxelas, Stichting Christenen voor Europa v.z.w., 2004, p.125-133. Trad. Alceu João Gregory, pesquisador do grupo RELIBRA “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo. Tradução e veiculação autorizadas pelo autor.

¹ Trata-se de um discurso de Winston Churchill feito em 19 de setembro de 1946, na Universidade de Zurique, apelando a uma reconciliação franco-alemã e à constituição dos Estados Unidos da Europa. Nota da revisora.

² Trata-se de uma procissão religiosa, realizada em Echternach, no Luxemburgo, em que, durante o percurso, os participantes dançam ao som de música, dando três passos para a frente e dois para trás. Nota da revisora.

franceses, e que quase se transformou num “hino nacional”, Lamartine respondeu com a “Marseillaise de la Paix” (Marselhesa da paz), que se tornou conhecida em todos os países da Europa, e que pôde comprovar o caráter vanguardista do Romantismo francês.

Em Becker, o texto dizia o seguinte: “Sie sollen ihn nicht haben, den freien deutschen Rhein, ob sie wie gierige Raben sich heiser darnach [sic] schreien”. (Eles não o terão, o livre Reno alemão, mesmo que gritem por ele até perder a voz como corvos vorazes”.

E Lamartine respondeu: “Nations, mot pompeux pour dire barbarie,” e “Déchirez ces drapeaux; une autre voix vous crie: ‘L’egoïsme et la haine ont seuls une patrie; La fraternité n’en a pas!’” (Nações, palavra pomposa para dizer barbárie ... Rasgai essas bandeiras, uma outra voz vos grita: ‘Só o egoísmo e o ódio conhecem pátria; a fraternidade não a tem!)

E a agudeza da idéia nem era nova: Já no século XVIII, na Inglaterra, o famoso doutor Samuel Johnson tinha-se referido ao patriotismo como “the last refuge of a scoundrel” (o último refúgio de um salafário).

Eram idéias que tocavam o cerne do problema: O entrave estava no próprio conceito de nação, até mesmo no conceito de “povo”. O filósofo Karl Raimund Popper, proveniente da antiga Austro-Hungria, mas atuante sobretudo nos países de língua inglesa, dizia, ainda em 1981, numa palestra em Viena sobre “a idéia maluca do princípio da nacionalidade”, responsabilizando “os filósofos Rousseau, Fichte e Hegel, e essa idéia é responsável (vou citá-lo literalmente) “com certeza também (...) pelas conseqüências das guerras napoleônicas”.

O que se entende aqui por princípio de nacionalidade, ou melhor dizendo, por pensar em categorias nacionais? Em *Die offene Gesellschaft und ihre Feinde* (A sociedade aberta e seus inimigos), diz Karl Popper em 1944 (cito conforme a edição alemã de 1955): “Es ist gesagt worden, dass eine Rasse eine Ansammlung von Menschen ist, die vereinigt sind nicht durch ihren Ursprung, sondern durch einen gemeinsamen Irrtum in bezug auf ihren Ursprung. In ähnlicher Weise könnte man sagen, dass eine Nation (im Sinne Hegels) eine Anzahl von Menschen ist, die vereinigt sind durch einen gemeinsamen Irrtum in bezug auf ihre Geschichte”. (Foi dito que uma raça é um conjunto de pessoas, que estão unidas não pela sua origem, mas sim por um engano comum em relação à sua origem. De uma forma semelhante poder-se-ia dizer, que uma nação (no sentido de Hegel) é um número de pessoas, que estão unidas por um engano comum em relação à sua história). Transportando isto diretamente para a nossa realidade, é mais simples: trata-se do fato de que os europeus continuam acreditando na existência de “povos”, que podem ser claramente separados uns dos outros, diferenciados entre si através de determinadas características e que podem desenvolver uma ilibada compreensão de si mesmos. Para termos uma imagem das formas grotescas ocasionais que, no passado, produziram esta representação, basta lançarmos um olhar sobre as inúmeras publicações – algumas de grande envergadura e bastante consideradas – que tinham como objeto de estudo o conceito irrefletido de “psicologia dos povos”, começando pela “Zeitschrift für Völkerpsychologie” (Revista de Psicologia dos Povos) fundada em 1860 por Moritz Lazarus e Heymann Steinthal, passando por trabalhos de Wilhelm Wundt, Willy Hellpach e Salvador de Madariaga, chegando a André Siegfried que, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, – e apesar de todas as aberrações do Nacional-Socialismo e do racismo –, continuou trabalhando em sua obra *L’âme des peuples* (A alma dos povos) com os conceitos de “caráter de um povo”, de “alma de um povo”.

Mas a verdade é outra – ela é ao mesmo tempo mais simples e, contudo, ocasionalmente mais complicada:

As diversas entidades, responsáveis pela nossa diversidade, não são “povos”, mas sim estados e regiões lingüísticas. E os traços de caráter diferenciados que, acredita-se, são passíveis de serem determinados, não são realidades senão imaginações, fantasias. Na terminologia comparatista falamos, desde a metade do século XX, de “images” (imagens) (terminologia francesa); e de representações de um outro país (“L’*étranger tel qu’on le voit*”) (o estrangeiro tal como se o vê), (Heteroimagens), assim como de “autoimagens” (imagens de si mesmo, que em última instância são construídas a partir de heteroimagens). Estas são as verdadeiras realidades, que ainda nos influenciam de mil maneiras ou dominam o nosso pensamento, e não as diferenças de caráter ou os modos de ser dos “povos”. Na imagologia comparada fala-se de “os assim chamados povos”. E, neste ponto, sentimo-nos amparados por alguns filólogos que, no âmbito universitário, não precisam necessariamente estar envolvidos com a nossa disciplina. Quero citar Ernst Robert Curtius que, logo após a Segunda Guerra Mundial, lembrou que, há quinhentos anos atrás, não havia nenhum dos estados ou povos atuais. Os nossos estados atuais – e até mesmo povos – são, no âmbito da história, estruturas de pensamento criadas que, desde sempre, apresentam natureza transitória.

Um dos mais famosos exemplos de contraposição entre duas das maiores assim chamadas entidades nacionais européias, criada pela “imagotipia”, é encontrado no que Mme de Staël expôs, em 1810, no seu livro *D’Allemagne*: Ela havia situado a diferença, melhor dizendo, a oposição *Alemanha-França* em três níveis diferentes, desenvolvendo assim uma estrutura, que haveria de se tornar o modelo mais bem sucedido de imagotípias bipolares conhecido até o momento na Europa.

A Alemanha, como elemento nuclear do norte europeu (“le Nord”), era para ela, visto de uma perspectiva intelectual, o país do Romantismo, enquanto a França e os países românicos em geral (“le Midi”) eram dominados pela tradição do Classicismo, marcado pela razão. Do ponto de vista religioso, a Alemanha era para ela o país do protestantismo, enquanto a França permaneceu marcada pelo catolicismo. E, politicamente, a Alemanha era dominada por um ímpeto de liberdade, há séculos desenvolvido contra a dominação romana, ao passo que a França (ao tempo de Madame de Staël um império e uma monarquia absolutista) sempre foi caracterizada por forças e maneiras de pensar autoritárias. Não foi por acaso que se desenvolveu, justamente a partir desta última oposição, a imagem de uma Alemanha, que sempre se impunha pelo “movimento” (e pelo ímpeto de mudanças), enquanto que a França se mantinha caracterizada pelo conservadorismo “estático”, o que, ainda em meados do século XX, é retomado por um Jean Giraudoux, na seguinte fórmula lacônica: “L’*Allemagne est le mouvement et la France le repos*” (A Alemanha é o movimento e a França o repouso).

O particularmente interessante nessas “estruturas imagotípicas” – como as denominamos na imagologia comparada – é, de fato, em primeiro lugar, a sua durabilidade e estabilidade, melhor dizendo, o fato de elas terem sido adotadas por vários autores, que se ocuparam da Alemanha – como no caso acima – no decorrer do século XIX e XX, em nome de uma certa germanofilia, tendo isto também ocorrido na Europa em geral e até nas literaturas americanas.

A imagem de um francês dominado, ou melhor, dirigido pela razão, que, assim, se diferencia do alemão; junte-se a isto a imagem de “uma arte de pensar alemã”, que combina melhor com a anglo-saxão do que com a românica, continuando estas imagens ainda prevalecendo nos tempos de hoje. E o mesmo também vale para determinadas representações da suposta outricidade do leste europeu.

Mais interessante – e, de certa forma, uma prova clara de força e capacidade de persistência dessas “imagotípias” – é o fato de que os autores e críticos franceses de orientação contrária à Alemanha (por exemplo, os assim denominados “anti-

românticos” que, no plano político, e quase em simultâneo, constituíam os representantes da extrema direita, como por exemplo Charles Maurras e sua “Action Française”) também delas se serviam, mas, neste caso, com uma apreciação às avessas. Se, para Madame de Staël, o Romantismo alemão era um conceito positivamente carregado, para os anti-românticos tratava-se meramente de uma doença, que tinha penetrado na França, vinda do outro lado do Reno e do canal de Ärmel e que representava um verdadeiro perigo para “l’Occident” (o Ocidente). E, se para Madame de Staël, cuja família era de Genebra, sendo ela mesma protestante à época do seu livro sobre a Alemanha, o protestantismo era uma forma avançada do cristianismo, no caso da França conservadora, tratava-se, de nada mais do que uma traição à religião do Oriente – tipicamente uma infecção do verdadeiro mundo intelectual europeu, oriunda da Alemanha. E, por fim, no que se referia ao germânico ímpeto de liberdade, tão elogiado por Madame de Staël, e que estava ligado ao Romantismo (colocando-se contra as regras rígidas do Classicismo) e ao protestantismo, voltado contra a igreja oriental, este ímpeto de liberdade não era mais nada além da oposição à idéia de ordem, criada no Ocidente, tendo por base as mais antigas tradições (sobretudo as romanas). Mesmo em pleno desenrolar do século XX, ainda demorou muito até que uma comparatística de espírito crítico pudesse desemperrar estas estruturas através de um processo binacional, ou melhor, supranacional. E foi só o método crítico-racionalista, que possibilitou à imagologia comparativa descobrir elementos, que se podiam comparar aos objetos do mundo mostrados por Karl Popper, no que, simultaneamente, também se tornou possível mostrar que, nas teorias da “psicologia dos povos”, não havia nada mais do que uma coleção de imagotipos absolutamente levianos.

A nossa função era, partindo de uma perspectiva científica, “desconstruir” (exatamente como se bactérias fossem) os elementos citados, que sobrecarregavam o pensamento ocidental, para usar um *terminus* corrente desde há pelo menos um século. E foi também o momento em que nós, a partir da comparatística, pudemos fazer a sugestão terminológica de uma transição da assim denominada “etnopsicologia” para uma “etnoimagologia”. Com isto, não nos restringimos apenas a uma desconstrução das características nacionais, dos caracteres nacionais e das entidades, conferidos aos povos. Nós relativizamos, em última análise, os próprios conceitos de povo e questionamos até mesmo a constituição dos atuais estados europeus. O que se quer realmente dizer com “Alemanha”, essa terra caracterizada com muito sucesso, por Madame de Staël, como romântica, amante da liberdade e marcada pelo espírito do protestantismo? A Bavária também faz parte disso? E não se trata das conseqüências de um ato caprichoso da história, que a Áustria não faça parte disso, melhor dizendo, que um estado prussiano de língua alemã não tenha surgido no sul e um estado bávaro-austriaco, também de língua alemã, não tenha despontado no norte? E quem é, agora, de fato alemão? Nós sabemos que era uma consciência nacional-liberal que estava na base do desenvolvimento ocorrido. Nós conhecemos o pensamento de Hoffmann von Fallersleben e sabemos que, também ele, encarado de um ângulo crítico-racional, pode ser facilmente “desideologizado”, ou melhor, “desconstruído”, o que se poderia aplicar igualmente aos suíços – sem falar do Luxemburgo de língua alemã, e dos cidadãos belgas da comunidade de idioma alemão.

Mas limpemos primeiro o nosso próprio pátio – no sentido restrito da palavra. Estou pensando no espaço Benelux e na evidência nacional dos belgas e dos habitantes dos “Países Baixos”, que coloco entre aspas.

Devemos primeiro tratar do problema de identidade da Bélgica e da de seus habitantes. Quem hoje se der o trabalho de observar mais atentamente as designações oficiais das regiões ou comunidades, cunhadas há poucos anos, criadas com o sentido de

pavimentar o chão de um federalismo regularizador belga, logo vai constatar, para seu espanto, que elas testemunham uma falta de coerência. Perto da região de Bruxelas, cujo nome não traz problemas, já que se refere a uma cidade, existem as duas grandes regiões, que na linguagem coloquial são chamadas de Flandres e Valônia, e às quais se junta uma terceira, menor, que com os seus cerca de 65.000 habitantes de língua alemã, constituem a razão de o reino da Bélgica ser hoje oficialmente trilingue. Embora esta região de língua alemã constitua um dos menores estados de uma nova Bélgica federativa que, de acordo com a compreensão corrente em Flandres e na Valônia, não é parte “genuína”, já que o seu *status* especial se deve simplesmente ao tratado de Versalhes, esta região é aquela, cuja designação oficial é *a mais natural* e, sem sombra de dúvida, a menos complicada de todas: De acordo com a linguagem falada pelos habitantes ela se chama *comunidade de língua alemã*. Todavia, isso não ocorre nas comunidades maiores, que ainda continuam sendo a razão pela qual se diz que os belgas compõem-se de *flamengos* e de *valões* (ou como se diz em um hino bem conhecido: “Flamand et Wallon ne sont que dès prénoms, Belge est votre nom de famille” (Flamengo e valão são apenas dois pré-nomes, belga é seu nome de família). Mas se alguém esperasse que, analogamente à de língua alemã, essas duas comunidades fossem classificadas de acordo com a língua dos habitantes, ver-se-ia desapontado em sua lógica. Valônia navega sob o nome de Communauté Française (Comunidade francesa), onde fica em aberto o número de interpretações para as quais este adjetivo aponta. E no caso de Flandres é novamente diferente. Aqui não se diz *Nederlandstalig* a apontar para a língua, nem *Nederlands*, visando o país vizinho da mesma língua, mas sim *Vlaamse Gemeenschap*, onde o adjetivo levanta mais de um problema.

No caso da Valônia, as coisas ainda são relativamente fáceis. Os Valões são cidadãos belgas, que falam dialetos franceses e que se servem do francês como língua oficial. O que os separa da França é, em última instância, uma fronteira estatal. Eles são na verdade – e não só no sentido filológico – franceses de nacionalidade belga; podemos afirmar isto mesmo sabendo que uma grande parte deles é formada por imigrantes de Flandres (ou por seus descendentes), e que, com isto, acabam se sentindo em determinadas circunstâncias como estrangeiros em relação aos franceses. Mas para os flamengos os contextos são mais complicados. As designações *Flandres* (lugar), *flamengo* (cidadão), *flamengo* (língua) pertencem à linguagem cotidiana do contexto belga, válido desde 1830, e, em sentido restrito, são geralmente empregados de modo errôneo. Quase sempre referem-se àquela parte do estado, onde os moradores falam dialetos dos Países Baixos, e também àquelas partes, onde estes dialetos, do ponto de vista filológico, não são o flamengo, senão o limburguês ou o brabantico. Pois “flamengo”, ao pé da letra, é apenas o nome para os dialetos que são falados nas províncias do leste e oeste da Flandres. Visto deste ângulo, apenas os moradores dessas províncias são flamengos, ao passo que os habitantes das províncias de Brabante e Antuérpia são brabanticos e falam também dialetos brabanticos, assim como os habitantes da província de Limburgo são limburgueses e falantes de limburguês. E isto tudo só é válido na medida em que não fizerem uso da língua oficial que é o *holandês* que, ao lado do alemão, dinamarquês, norueguês, sueco, islandês, frísio e inglês, se constitui numa língua germânica autônoma. As expressões *Flandres* e *flamengos* são, portanto, em referência à parte falante de língua holandesa do reino belga, designações *pars pro toto* (a parte pelo todo) específicas: Visto como um dos dois “povos” citados que habitam a Bélgica, o assim chamado “povo” dos flamengos é, para simplificar, assim denominado segundo aquela parte do território que habita, que, no decorrer da história, havia se tornado a mais famosa, a saber, o condado de Flandres.

Além disso, há um outro detalhe que é significativo dentro deste contexto e que ressalta ainda mais a falta de congruência entre a designação e o designado. O grupo que fala o dialeto flamengo, e que conferiu o nome à região belga que fala o holandês, se espalha para regiões que vão além das fronteiras belgas, constituindo, de um lado, uma parte do território francês (Departamentos *Nord* e *Pas de Calais*) e, de outro, um pedaço do território holandês (*Zeeland* ou *Zeeuws Vlaandere*). No mais a situação dos dois outros grupos belgas falantes de língua holandesa é semelhante: Ao lado das províncias de Brabante, fazendo com elas fronteira, há em território holandês a província *Noord-Brabant*, onde se fala igualmente brabantico; e, junto à província de Limburgo, com capital em Hasselt, há a província de Maas, limitada pelo rio Maas, com capital em Maastricht. Aliás, como devo realmente chamar esta província, se quiser diferenciá-la das províncias belgas citadas? *Limburgo holandesa*? Isto agrada àqueles que querem ressaltar a diferença de estado entre a Bélgica e o atual reino holandês. Mas pode também gerar desagradados, nomeadamente, junto àqueles que insistem em dizer que os belgas falantes de língua holandesa, são tão holandeses quanto os súditos da rainha Beatriz. Ou devo falar de uma *Limburgo holandesa*, lançando mão da terminologia coloquial que, não raro, é mais fácil de entender? É provável que chamem a minha atenção por se tratar de uma *contradictio in terminis* (contradição terminológica). De fato, assim como os termos *Flandres* e *flamengos* são designações *pars pro toto* (parte pelo todo), para a parte da Bélgica de fala holandesa, assim também o são as designações *Holanda* e *holandês* para os domínios “do reino da Holanda”, que tomados ao pé da letra só valem para as províncias *Noord-Holland* e *Zuid-Holland*. Todavia, ainda assim, essa terminologia errada (porque é linguagem coloquial) é de fato clara e absolutamente prática; e este é também o motivo pelo qual, apesar de todas as manifestações dos habitantes dessa província, de que eles não são holandeses, mais ou menos 90% dos ônibus de viagens e dos caminhões de Maastricht, Heerlen e Valkenburg adicionam aos nomes de suas firmas ou aos endereços o nome Holanda.

Qual é o significado de tudo isto?

Quer dizer que não apenas fatores e emoções nacionais são responsáveis por esta confusão, mas também que, justamente as regiões européias de fronteira e de cruzamento permitem uma visão particularmente clara daquela verdade essencial de que nossas nações não são nem eternas, nem designadas por Deus e, sobretudo, não são “sagradas”; mas são, acima de tudo, estruturas de pensamentos concretizadas de modo transitório no plano histórico. Em seu célebre discurso “Qu’est-ce qu’une nation?” (O que é uma nação?) Ernest Renan designou a nação como o resultado de um “plébiscite de tous les jours” (um plebiscito de todos os dias) e, com isso, apontava para a situação da discutidíssima Alsácia, entre o outrora “Império Alemão” e a França. O escritor alsaciano Jean Egen, quase um século mais tarde, no primeiro volume de suas *Mémoires d’Alsace* (Memórias da Alsácia), *Les tilleuls de Lautenbach* (As tílias de Lautenbach) (1979), avançou mais um passo, ao considerar aqueles, que se empenhavam por uma decisão radical em favor de uma das nações em conflito, citadas acima, “les imbéciles” (os imbecis) e traduziu esse conceito na versão alemã desse romance, em que colaborou como “os patriodiotas”, (tomando esse termo de empréstimo a Jean-Paul Sartre).

Todavia o olhar sobre nossas regionalizações européias, através de fronteiras e de cruzamentos, ensina-nos ainda outra lição – sobretudo, se olharmos para o passado histórico. Nomeadamente, que houve de fato, também na nossa velha Europa, formas ligadas ao regional (muitas vezes equivocadamente designado de “nacional”) e que, em parte, ainda continuam existindo, e que simplesmente correspondem a uma necessidade de “proteção”. Também não nos deveríamos esquecer do fato de que o pensamento

“nacional”, no nosso passado europeu, não apenas foi carregado por uma massa insensível ou, mais grave ainda, estimulado por uma burguesia cheia de ódio à la Dieter Hessling do *Untertan* (Súdito) de Heinrich Mann, senão que também por figuras relevantes – justamente do meio literário – que também se empenharam nisso. O hino “Lebe droben, o Vaterland, und zähle nicht die Toten” (Vive lá no alto, ó pátria, e não contes os mortos) do “Dichter in dürftiger Zeit” (poeta em tempos de escassez) não é apenas uma fórmula desgastada, adequada ao uso de políticos e demagogos sem consciência para arrastar jovens aos campos de batalha da Europa e à morte; também deveria haver algo, que não pode simplesmente ser equiparado ao nacionalismo da época das autênticas ou supostamente autênticas “guerras de libertação”, algo que toca uma necessidade humana mais profunda, como por exemplo, em Hölderlin e tantos outros, quando se tratava do “Vaterland” (pátria) e da “Land der Mutter” (mátria). Aqui entra algo que está relacionado com a busca de “proteção”, para utilizar a palavra no sentido que lhe atribui o filósofo Otto Friedrich Bollnow – e que não pode ser explicado exclusivamente a partir do medo atávico do homo sapiens dependente da horda em tempos primevos. A “pátria” de Hölderlin, melhor dizendo, a “mátria” não era, aliás, uma “Alemanha”, muito menos um “Império Alemão”, mas sim seu mais próximo torrão natal, a sua “Suevia”. No decorrer deste nosso terrível século XX, alguns escritores e pensadores, que viviam “entre as nações”, ou mesmo que delas foram expulsos, passaram a discutir este problema do “sentimento pátrio”, do “do apego à terra natal”. Assim, alguns deles chegaram à idéia de que o termo pátria e língua materna se equivaleriam. Poder-se-ia talvez imaginar na Europa multinacional do futuro – quando diversas línguas, sem levar em conta a territorialidade, estariam sendo faladas simultaneamente nos mais diversos lugares do continente – que a própria língua assumisse para o indivíduo a função de “pátria”, e que tivesse condições de transmitir um sentimento de “pertença” e até mesmo de “sentimento espacial”? Portanto, a língua possivelmente como “espaço”, no qual o falante se possa sentir “em casa”, e onde possa cultivar um certo sentimento de proteção que, outrora, o pensamento “patriótico” lhe prometera e, em certa medida, também lhe concedera? Os escritores, em todo o caso, acreditaram nisso. Sobretudo, Heinrich Heine, que designava, como se sabe, a língua alemã como sua “pátria portátil”. Mas também bem depois do Romantismo e, na verdade também totalmente dele independente, havia em toda Europa escritores que, em relação à sua própria língua se sentiam assim ou de modo semelhante. Para citar Ingeborg Bachmann: “Eu, com a língua alemã, esta nuvem em torno de mim, que considero como casa, me movimento entre todas as línguas.” E a partir dessa idéia de “espaço”, quase como consequência, cito Julien Green: “La langue, elle aussi est une patrie” (A língua, também ela é uma pátria). Ou em relação ao holandês, dizia W.F. Herman, que outrora vivia em Paris: “De taal is mijn vaderland.” Ou ainda como diz o poeta israelense de origem alemã, cujo nome é em hebraico Shalom Ben-Chorin, claro e cristalino: “Não a Alemanha, mas a língua alemã é minha pátria”. Expressões que reconhecem a língua como “pátria”, e que simultaneamente dizem um não ao endereço do estado nacional, ou melhor, um não ao estado nacional ou ao nacionalismo popular. Evidentemente são também a projeção de problemas que, sem dúvida, chegarão a nós numa Europa unida, onde as partes da comunidade não mais estarão separadas, divididas, por fronteiras inibidoras. Nossa tarefa será a de amarrar esses sentimentos “de ligação com a pátria”, melhor, essa necessidade de “proteção” – acima de quaisquer patriotismos ou “patridiotismos” – com um reconhecimento à Europa. Um pensar e sentir que, na época da comunicação global e da visão global, não pode mais deixar de ser realizado, sem levar em conta diferenças verdadeiras e não apenas supostas.

Diferenças, que têm por base predisposições humanas comuns que, como admitiu certa vez o filósofo Jaap Kruithof, (um racionalista determinado), tornam compreensíveis os sentimentos nacionais, que surgem da idéia de defesa, como por exemplo na Polônia, o maior país no âmbito do Leste. Jamais esquecerei a cena amplamente divulgada pela televisão na Praça São Pedro, há mais de 25 anos, quando o novo papa, de origem polonesa, na conhecida sacada do Vaticano, diante da multidão, fez um pronunciamento em italiano, e onde, em referência à sua origem, disse em voz alta e ponderadamente: “Sono un filio di Polonia”. Uma jovem freira, obviamente também oriunda da Polônia, ao ouvir estas palavras, cobriu o rosto com as mãos diante da câmara e caiu em prantos.

Voltando ao início da nossa conversa. Uma ligação de reconhecimento da Europa com “sentimentos de apego à terra natal”, ou em outras palavras, com sentimentos de proteção, que têm sua origem numa ligação emocional a uma região, que, a propósito, foi designada também como “pátria mais próxima”. Seria isto possível? Nós acreditamos que sim. E poderíamos aqui avançar um passo à frente e perguntar se há alguma possibilidade de desenvolver sentimentos “pátrios” semelhantes tendo em vista a União Européia como um todo. Em Coudenhove-Kalergi, o pai da idéia da Pan-Europa, encontramos idéias parecidas. Mas este assunto daria matéria para um outro ensaio.